

# SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>21</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>23</b>
1.1. Introdução ao tema .....	23
1.2. A relevância do tema.....	29
1.3. Atualidade da questão.....	35
1.4. Delimitação e objetivos.....	36
<b>Capítulo 1</b>	
<b>O SISTEMA BRASILEIRO DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>43</b>
2.1. Ponto de partida .....	45
1.2. Estrutura.....	49
1.2.1. Processo Administrativo Fiscal no âmbito federal.....	50
1.2.1.1. Premissas .....	51
1.2.1.2. Etapas.....	55
1.2.1.3. Principais defeitos e suas consequências.....	58
1.2.2. Processo Judicial Tributário.....	69
1.2.2.1. Premissas .....	71
1.2.2.2. A discussão do mérito do crédito tributário na esfera judicial .....	74
1.2.2.3. A execução do crédito tributário.....	78
1.3. A natureza do sistema brasileiro de contencioso tributário .....	84
1.4. Crítica ao sistema brasileiro de contencioso tributário.....	89
1.4.1. Existe sistema?.....	89
1.4.2. As desarmonias do sistema e as violações recorrentes à paridade de armas .....	92
1.4.3. Apartheid fiscal .....	94

## Capítulo 2

### ALGUMAS NOÇÕES SOBRE PROVA E SEU CONTEXTO ..... 99

- 1.1. A questão da tutela do direito material no processo civil e o direito processual constitucional ..... 99
- 1.2. Direito probatório e seus conceitos e institutos ..... 101
  - 1.2.1. O conceito instrumental de prova ..... 102
  - 1.2.2. Modelos de valoração da prova ..... 103
  - 1.2.3. Objeto de prova ..... 105
    - 1.2.3.1. Prova de fatos negativos ..... 106
    - 1.2.3.2. Fatos que não dependem de prova ..... 107
  - 1.2.4. Outros conceitos relevantes ..... 109
  - 1.2.5. Ônus da prova ..... 111
  - 1.2.6. Presunções ..... 112
- 1.3. Ônus da prova à luz do direito processual constitucional ..... 116
- 1.4. Flexibilização do ônus da prova e tutela do direito material ..... 121

## Capítulo 3

### O ESTADO ATUAL DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS

### DA PROVA NO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO ..... 127

- 3.1. Arcabouço normativo ..... 128
  - 3.1.1. Conflito eventual entre o Código Tributário Nacional, a Lei de Execuções Fiscais e o Código de Processo Civil de 2015 ..... 130
- 3.2. Como a matéria é tratada nos tribunais ..... 133
  - 3.2.1. Julgados do STJ ..... 135
  - 3.2.2. Alguns casos práticos emblemáticos no direito tributário ... 142
    - 3.2.2.1. O caso da taxa de localização e fiscalização e o efetivo exercício do poder de polícia ..... 143
    - 3.2.2.2. O caso da imunidade da renda auferida com o aluguel de imóvel por entidade assistencial ..... 146
    - 3.2.2.3. O caso da sucessão tributária na aquisição de estabelecimento prevista no artigo 133 do CTN ..... 148

3.2.2.4. O caso do ônus da prova da notificação do IPTU para fins de inscrição em dívida ativa e contagem do prazo de prescrição .....	151
--	-----

#### **Capítulo 4**

### **ANÁLISE CRÍTICA DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA E DAS CARACTERÍSTICAS ATRIBUÍDAS À CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO .....**

<b>JUDICIAL TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>155</b>
----------------------------------	------------

4.1. O enquadramento dos efeitos presuntivos e de prova pré-constituída da certidão de dívida ativa.....	155
4.1.1. A presunção tributária .....	156
4.1.2. O tratamento dado pelo ordenamento jurídico brasileiro aos títulos executivos.....	160
4.1.3. A presunção de legitimidade ou de veracidade dos atos administrativos.....	163
4.1.4. O tratamento processual adequado .....	167
4.2. A releitura do artigo 204 do Código Tributário Nacional e do artigo 3º da Lei de Execuções Fiscais adequada ao contexto.....	172
4.2.1. A importância do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015 para restaurar o equilíbrio da relação entre Fisco e contribuintes.....	179
4.2.2. O caso da responsabilização dos dirigentes nos termos do artigo 135 do Código Tributário Nacional.....	180
4.2.3. A certidão de dívida ativa oriunda de lançamento por homologação .....	186

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>189</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>
--------------------------	------------